



HOME



FICHA TÉCNICA



UNIVERSIDADES
PROMOTORAS



COMISSÃO
ORGANIZADORA



COMISSÃO
CIENTÍFICA



PATROCÍNIOS



ÍNDICE DE TEMAS
E ARTIGOS



NOTA DE
APRESENTAÇÃO

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

CURRÍCULO NA CONTEMPORANEIDADE: INTERNACIONALIZAÇÃO E CONTEXTOS LOCAIS

Atas do XI Colóquio sobre Questões Curriculares
/ VII Colóquio Luso-Brasileiro de Questões Curriculares
/ I Colóquio Luso-Afro-Brasileiro sobre Questões Curriculares

ORGANIZADORES

Antonio Flávio Moreira
José Augusto Pacheco
José Carlos Morgado
Filipa Seabra
Carlos Ferreira
Isabel C. Viana
Maria Palmira Alves
Ana Maria Silva
Carlos Silva
Maria de Lurdes Carvalho
Geovana Lunardi Mendes
Lucíola Licínio C. P. Santos

ANO

2014

EDIÇÃO

**Centro de Investigação em Educação (CIEd)
Instituto de Educação – Universidade do Minho**



Universidade do Minho
Instituto da Educação

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Esta edição é financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto Estratégico do Centro de Investigação em Educação – PEst-OE/CED/UI1661/2014

DESIGN E COMPOSIÇÃO GRÁFICA

De Facto Editores – Santo Tirso

ISBN

978-989-8525-37-6

A DISCIPLINA DE FILOSOFIA NO ATUAL CONTEXTO CURRICULAR DO ENSINO SECUNDÁRIO EM PORTUGAL

Artur Manso

UMinho – Instituto de Educação/CIEd
amanso@ie.uminho.pt

Resumo

O ensino da filosofia em Portugal tem uma tradição secular o que levou a UNESCO a apresentá-lo como exemplo ao aconselhar a sua obrigatoriedade nos variados sistemas de ensino em todo o mundo.

Essa constatação, levou-me a indagar sobre o lugar que ocupa, então, entre nós, no plano curricular atual do ensino secundário português, a disciplina de Filosofia e como se explica que à sua obrigatoriedade, corresponda uma fraca assimilação das suas matérias, nomeadamente em termos do exercício crítico da razão e de uma efetiva autonomia dos alunos que a frequentam? Que utilidade tem o estudo desta disciplina para a promoção da cidadania num contexto de conhecimento massificado e efetiva democratização do ensino? Quais as razões porque os currículos actuais, maciçamente preenchidos por saberes de base científica e tecnológica, devem incluir a título obrigatório, um saber abrangente, especulativo e teórico como aquele que garante a disciplina de Filosofia?

Para tentar responder a estas questões, destacarei a singularidade da Filosofia que se afirmou a partir da Praça, *Ágora* grega, ambiente informal de aprendizagem e ensino, em relação aos restantes saberes, nomeadamente os de cariz científico e tecnológico, uma vez que nestes as novas descobertas tornam obsoletas as realizações anteriores, mas no que à Filosofia diz respeito isso não acontece. O indivíduo e as suas preocupações são a razão de ser do conhecimento filosófico e por isso a descontinuidade das descobertas científicas em nada altera as grandes questões de que trata, procurando ao longo do tempo, dar sentido ao saber e à acção humanas. Tal desiderato ganha novos contornos quando se chega à conclusão de que nem a ciência nem a técnica, ao contrário do que vêm prometendo ao longo dos últimos séculos, só por si, trazem a felicidade ao indivíduo.

Palavras-Chave: Currículo; Ensino; Filosofia; Portugal

“Os nossos adolescentes actuais parecem amar o luxo. Têm maus modos e desprezam a autoridade. São desrespeitosos com os adultos e passam o tempo vagueando nas praças. São propensos a ofender os seus pais, monopolizam a conversa quando estão em companhia de outras pessoas mais velhas; comem com voracidade e tiranizam os seus mestres”

Sócrates

“Existe apenas um bem, o saber, e apenas um mal, a ignorância”

Sócrates

A Filosofia nasce na Praça pública, a *Ágora* grega pelo magistério de Sócrates (c. 470 a. C. – 399 a. C.), em reação à pedagogia privada e elitista dos Sofistas, mas logo se exila nas escolas e ‘burocratiza’ o seu ensino. É certo que anteriormente, o exercício filosófico, fruto do ócio e de uma atitude desinteressada e aristocrática, já era um hábito em diversos locais, onde se transmitia o saber obedecendo a regras pré-definidas, mas agora, aproveitava a vivência democrática permitida pelo reinado de Péricles (c. 495 a. C.-429 a. C.), mesmo que os direitos democráticos estivessem reservados apenas à pequeníssima minoria dos homens livres – mulheres, crianças, estrangeiros e

metecos, não eram “dignos” de uma natureza humana livre. Por ser estrangeiro, nem Aristóteles, espírito brilhante da época, perceptor de Alexandre o Grande, pôde adquirir direitos de cidadania plena.

A ideia de escola, de mestres e discípulos, já não era novidade nesta época, contudo, Sócrates tratou os assuntos filosóficos mais importantes através de um método próprio que permitia encontrar soluções razoáveis para os problemas que, num momento ou outro, marcavam a vida de cada um. Esta informalidade no tratamento das questões filosóficas depressa transitou do espaço público informal, para o privado e formal. Platão (428-7 a. C. – 348-7 a. C.), discípulo dileto de Sócrates, apropriou-se do magistério do mestre e instituiu-o em matéria escolar, fundando, por volta de 387 a. C., a sua escola, designada Academia de Platão. O nome advém-lhe de a ter estabelecido numa parcela que adquiriu no parque público situado nas margens de Atenas, perto de Kolonos, dedicado ao herói ático de nome Akademos, local onde já havia um dos três *Gymnasiuns* que Atenas possuía, frequentados por rapazes entre os 15 e 20 anos, onde faziam exercício físico, treinavam música e discutiam assuntos políticos e filosóficos. Aqui aprendeu o seu discípulo Aristóteles (384 a. C. – 322 a. C.), o primeiro enciclopedista, que por divergências com as doutrinas centrais do mestre e porque possuía ideias próprias dos assuntos que uma escola filosófica deveria ensinar, decidiu, aproximadamente pelo ano de 387 a. C., cerca de cinquenta anos depois da abertura da Academia e já depois da morte do seu mestre, fundar a sua escola no jardim consagrado a Apolo Lykeios, tendo alugado uma parte para o efeito, pois por ser estrangeiro, estava-lhe impedido o direito de comprar propriedade. Este local, à semelhança daquele em que Platão tinha estabelecido a sua escola, já era desde finais do século V a. C. um importante pólo educacional que albergava um dos três *Gymnasiuns* de Atenas.

Os lugares escolhidos para a abertura destas escolas são, portanto, incontornáveis a uma procura efetiva de alunos pois são contíguos aos *Gymnasiuns* existentes que os jovens frequentavam. A Filosofia nasce na rua pelo exercício livre do pensamento, mas depressa se encerra na escola, de onde nunca mais se há-de libertar. As estruturas escolares surgidas na idade média sob os auspícios da Igreja, reconheceram-lhe virtudes educativas únicas, transformando os seus temas centrais, quer os fixados na escola platónica, quer os que ganharam lugar de destaque na de Aristóteles, em bases da teologia que se queria impor. A verdade é que com mais ou menos teologia ou ciência, com o alvor da técnica e o triunfo da tecnologia, a Filosofia, desde o seu alvor na Praça grega, nunca mais perdeu a sua razão de ser, mantendo os seus objetos de pesquisa inalterados, pois como nesse tempo longínquo Aristóteles estabeleceu, a educação e com ela a Filosofia têm por função levar o homem à felicidade.

Os grandes campos do saber filosófico cabem, assim, nas áreas de estudo que o consagraram como conhecimento primeiro: Antropologia, Lógica, Teoria do Conhecimento, Ontologia/Metafísica, ou no programa “reformista” de Kant, nas interrogações sempre presentes em todos os homens e lugares sobre *o que nos é permitido conhecer, como devemos agir, o que devemos esperar*, para, enfim, podermos responder à questão essencial, *o que é o Homem?* Não é por isso de estranhar que a apetência pelos temas filosóficos que a antiguidade instituiu e se prolongou através dos tempos, também seja relevante em contextos educativos não formais e informais como se demonstra nos vários discursos em torno da ética e da moral – no desporto, na empresa, nas ciências da vida, na escola... - onde as dissertações sobre o Belo, o Bem, o Amor, a Justiça, a Amizade, a Felicidade, a Honestidade, Deus, continuam a ser intrínsecos à condição humana.

A secular tradição do ensino filosófico em Portugal está intimamente ligada à Fundação da sua Universidade, uma das primeiras a surgir na Europa, quando, em 1288 um grupo de clérigos solicitou ao Papa Nicolau IV autorização para instituir o Estudo geral, comprometendo-se a pagar das suas rendas os respectivos honorários a todos os professores a contratar. O então Rei D. Dinis, dois anos depois, em 1290, criou o Estudo Geral em Lisboa, oficializado logo a seguir pela bula papal *De Statu Regni Portugaliae*, que aprovava o pagamento aos mestres, concedendo-lhes os devidos privilégios, bem como aos alunos que a viessem a frequentar.

Na altura, a Filosofia albergava quase todo o conhecimento, quer de índole científico, quer de índole humanístico. Naturalmente com as organizações universitárias de uma maneira ou de outra entregues aos clérigos, os estudos humanísticos e com eles a Filosofia, viriam a impor-se. Nesta área o ensino jesuíta teve importância capital, tanto mais que, já na cidade de Coimbra para onde os estudos universitários foram transferidos em 1308, foi elaborado por diversos mestres da Companhia de Jesus, já no século XVI, o famoso *Curso Conimbricense*, que se tornou o principal instrumento do ensino da filosofia em toda a Europa até finais do século XVII.

Durante séculos, com mais ou menos relevo, com obrigatoriedade em mais anos ou secções de ensino, com mais ou menos horas semanais, a Filosofia, em Portugal nunca deixou de estar presente nos currículos do ensino liceal e secundário. Já na segunda metade do século vinte e até há poucos anos, era disciplina base para acesso ao ensino

superior – ao contrário do atual estado em que nem sequer para ingressar em Filosofia é necessário ter escolhido a disciplina no ano final do ensino secundário, o 12º ano.

Os anos da Democracia depois de abril de 1974, continuaram o mesmo caminho e com o regresso da tranquilidade pós revolucionária, a reforma curricular de 1978/79, autonomizou a Psicologia da Filosofia e o programa desta última foi totalmente reformulado, passando a ser lecionada num regime de três horas semanais no 10º e 11º anos. As alterações foram inspiradas no modelo francês, atribuindo os conteúdos do 10º ano à problemática da ação e reservando a problemática do conhecimento para o 11º ano. O ano de 1988 conheceu uma nova reforma curricular que gerou uma das mais participadas discussões sobre a viabilidade do ensino da filosofia no ensino secundário, pois aí apontava-se para a sua substituição pela designada História das Ideias e da Cultura, acompanhando a predisposição *tecnocrática e anti-filosófica que vinha marcando os currículos um pouco por todo o lado. Portugal tentava que as suas escolas fossem eficazes na preparação dos jovens para as atividades futuras e nesse campo, a Filosofia, tal como os estudos humanísticos em geral, já há muito que tinham sido destronados pelo pragmatismo científico e a eficácia dos conhecimentos positivistas. A verdade é que os Estados, não raras vezes, tentam transformar os cursos de filosofia em ensino de um pensamento oficial, tal como acontece em torno dos valores ético-políticos na escola democrática. A Filosofia na escola de massas tende a suportar uma moral laica, à falta de formação moral específica e à não aceitação da educação moral e religiosa que cumpria essas funções. O seu desafio prende-se em saber como atender a um leque de preocupações atuais de forte cariz político-ideológico – exemplo dos direitos fundamentais, tolerância, diálogo intercultural, direitos cívicos, organização jurídica... - , a partir do lugar que esses conceitos ocupam na milenar tradição da especulação filosófica.*

O ensino abstrato e livresco da Filosofia que vigorou em Portugal antes da Democracia foi reformulado, mas o estigma em torno do mesmo permanece juntamente com a discussão sobre a sua utilidade, mesmo que, por exemplo, abstrato e pouco útil para o dia a dia também seja o estudo da Matemática que ninguém contesta e tem vindo a ser reforçado. É certo que a Filosofia tem ganho algum protagonismo com o tratamento das questões éticas e políticas, atenuando o rigorismo das ciências exactas. Convém realçar que em Portugal, raramente o ensino da filosofia foi politizado, como por exemplo aconteceu noutras latitudes como a URSS. Entre nós, o seu ensino seguiu a via historicista das teorias e ideias estritamente filosóficas de Platão, Aristóteles, Sto Agostinho, S. Tomás, Galileu, Descartes, Kant, a filosofia do idealismo alemão, Hegel, Marx, Schopenhauer, Nietzsche, Kierkegaard, Heidegger, Jean Paul Sartre... como se vê, um leque de filósofos que politicamente albergam o fundamento de sistemas mais totalitários ou mais liberais, mais comunitaristas ou mais individualistas.

A UNESCO desde a sua primeira Conferência, realizada na Sorbonne em 2 de novembro de 1946, nos documentos preparatórios, insere em 21 de junho 1946 que no que concerne à Filosofia, se deve tentar alcançar dois fins: 1 – procurar os instrumentos internacionais adequados para o avanço dos estudos filosóficos; 2 – por a filosofia ao serviço da educação internacional dos povos (cf, Droit, 1995: 28). Para tanto, convém distinguir o conceito de filosofia ocidental, da filosofia africana, oriental e outras, pois desse entendimento deriva o conceito de democracia que perpassa em cada realidade geográfica do espaço não ocidental e parte do ocidental como o russo, onde durante anos a *filosofia se resumiu ao marxismo-leninismo e o conceito de democracia se restringiu a uma realidade mais ou menos opressora. É nesta linha de pensamento que no Prefácio ao Inquérito lançado pela UNESCO em meados da década de 1990 centrado no ensino da filosofia e educação filosófica, que reformula as 82 questões do Inquérito de 1952 (cf. Droit, 1995 : 45), o diretor de então, Federico Mayor, enfatiza que a contribuição dos filósofos é essencial para compreender o nosso presente e para construir as nossas sociedades de amanhã (cf. Droit, 1995: 5).*

O Relatório da UNESCO de 2007, aqui citado na tradução espanhola de 2011, analisa o ensino da Filosofia nos vários níveis, começando no pré-escolar e primário, a vulgar Filosofia para Crianças que existe em Portugal em alguns projetos educativos independentes e fora do currículo oficial (cf. ib. : 1-45), até ao nível superior e educação não formal. Pelo meio, está o nível secundário, aquele que mais nos interessa (cf. ib. : 46-93). Quanto a este, a situação do ensino em Portugal é analisada através de um trabalho do professor Alfredo Reis publicado na Revista *Diotima-l'Àgora*, 1, de 1999, dirigida por Michel Tozzi, que refere que entre nós, à data, o ensino da Filosofia, se designava *Introdução à Filosofia*, gozando de um estatuto próximo da língua materna, apresentando-se como lugar de encontro de saberes e experiências, para o exercício da reflexão crítica, contribuindo para a formação pessoal dos alunos independentemente do ramo que escolhessem seguir, tendo carácter formativo e interdisciplinar, aberto às questões que se revelam fundamentais à educação de cada um (cf. UNESCO, 2011: 75-76). Aquando da publicação deste Relatório, o programa já tinha sido alterado, mesmo que a nível de 10º e 11º anos, o essencial se tenha mantido. O atual Programa de Filosofia para o 10º e 11º anos foi homologado em 2001, continua a englobar os conteúdos do 10º e 11º anos do Ensino Secundário, retornando a designação de Filosofia que se encontra inserida na componente de formação geral de todos os cursos do ensino secundário, mantendo a carga horária de 3 horas semanais obrigatórias,

tendo, a nível do 12º ano, o estatuto de disciplina opcional. As orientações programáticas seguem de forma explícita as recomendações da UNESCO, que pretende que a Filosofia, em conjunto com a História, assumam um importante papel na formação de consciências capazes de discernir o valor da abertura e da integração na vida democrática, contribuindo para realizar os **quatro imperativos** apontados no relatório Delors: *aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a ser; aprender a viver juntos* (cf. Delors, 1996). Portugal parece viver um paradoxo: na realidade tem o ensino obrigatório da Filosofia, mas esta formação tem muito menos relevância que em países onde o seu ensino oficial é mais diminuto como a Alemanha e a França. Entre nós é bom que o ensino da Filosofia continue a ser obrigatório pelo menos nos 10 e 11 anos, se assim não for, os alunos nem esse pouco conhecimento filosófico poderão adquirir, à semelhança do que aconteceu no 12º ano, onde passou a ser disciplina facultativa e porque a sua frequência deixou de ser necessária para ingressar em qualquer curso superior, incluindo Filosofia, praticamente deixou de ser lecionada porque pura e simplesmente não é procurada.

O desinteresse pela Filosofia não é alheio ao facto de económica e socialmente não se lhe reconhecer qualquer utilidade sendo genericamente considerada como um conhecimento fútil e por isso, nos dois anos em que é obrigatória, insiste maioritariamente nas questões da política, da lógica e teoria da ciência – questões úteis da organização social das democracias - e preocupa-se menos com as questões éticas, estéticas e religiosas e também metafísicas que se revelam constitutivas a todo o ser humano. A Filosofia na atualidade, orienta os alunos para respostas, negando-lhes o direito de fazer perguntas que é para isso que deve servir.

A UNESCO tem a virtude de no pós guerra e na passagem de diversos regimes autoritários à vigência democrática, se ter empenhado em reabilitar o ensino da Filosofia recomendando a sua obrigatoriedade em todos os sistemas de educação democráticos e para reforçar a importância do seu ensino, na sua Conferência Geral de 2005, proclamou o dia Mundial da Filosofia, que se comemora em Novembro, acreditando que ela será o motor de aperfeiçoamento quotidiano da democracia, evitando que se criem, de novo, as condições de desenvolvimento de sociedades totalitárias que até há bem pouco tempo constituíam uma boa parte da Europa e do mundo.

Para mim um dos desafios atuais da Filosofia, prende-se com a justificação da sua utilidade enquanto saber reflexivo e crítico que nunca poderá prescindir da tradição, pois ao contrário dos outros saberes, os problemas que estão na sua origem, têm a mesma validade hoje que aquela que tinham há vinte e cinco séculos atrás. Enquanto os outros saberes, nomeadamente de índole científico e tecnológico, as novas conquistas tornam obsoletas as realizações anteriores, no que à Filosofia diz respeito isso não se passa. O indivíduo e as suas inquietações são o centro e a razão de ser do conhecimento filosófico. Já era assim antes dos estudiosos fixarem a designada atitude filosófica, na passagem da mentalidade mítica para o conhecimento racional, como continuará a subsistir a mesma preocupação quando o indivíduo puder eventualmente vir a ser um composto entre o humano e o artificial, ou mesmo só artificial tal como há algumas décadas os escritores de ficção científica e os realizadores cinematográficos do mesmo género veem antecipando e as novas tecnologias aplicadas ao quotidiano, vêm realizando. A Filosofia é a *Ciência do Homem* e enquanto tal, os problemas que a ocupam manter-se-ão atuais enquanto a existência for marcada pelos dois mistérios em que se encontra envolvida: o mistério do Nascimento e da Morte e neste trânsito ela continuará a ser aquilo que sempre foi: a tentativa de dar sentido à Totalidade das experiências a que cada indivíduo é sujeito.

É por demais evidente que nem a ciência nem a técnica, só por si, trazem a felicidade ao indivíduo. Um bem estar perene que a modernidade anteviu, tem-se mostrado, com o passar do tempo, uma verdadeira desilusão. Só a consciência individual pode servir de base efetiva ao conhecimento do ser humano e a Filosofia, pelo seu carácter abrangente e interdisciplinar, tem um papel único no auxílio a cada indivíduo que procura as respostas adequadas aos problemas que se constituem como motivo da sua reflexão. A Filosofia continuará a ser um imprescindível auxílio para todos e por isso, enquanto houver Humanidade ela terá um lugar de destaque que os responsáveis pelas políticas educativas devem ser capazes de potencializar.

Após analisar os atuais programas de Filosofia do ensino secundário em Portugal em contraponto com as recomendações da UNESCO quanto à universalização de uma educação filosófica, verifico haver uma preocupação com a acentuada disputa de território do conhecimento teórico, onde se inclui a Filosofia e do conhecimento científico, técnico e tecnológico que tende a absorver todo o investimento em educação. Em Portugal, não obstante todas as considerações feitas, a política educativa tenta manter o interesse na formação humanística, mas de forma explícita, incentiva as instituições a reduzir o seu ensino em detrimento de um aumento do ensino dos saberes científicos. Subtraem-se tempos lectivos à Filosofia para acrescentar à matemática e ciências, o que prova a distinção entre saberes úteis e saberes fúteis.

Nos documentos que regulam a política educativa é reconhecido o caráter libertador da educação filosófica que ao refletir a maneira como os problemas foram encarados no passado, previne situações conflituantes no futuro, mas o futuro, não parece ser uma preocupação dos governantes que apenas se preocupam em manter os interesses circunstanciais da designada sociedade democrática. De maneira hábil os decisores da escola de massas pretendem que esta sirva para uniformizar, promovendo o discurso politicamente correcto, impedindo o diferente e o divergente que eventualmente possa potenciar. As escolas de massas uniformizam e não estimulam o confronto de ideias e o pensamento crítico. Não é por isso óbvio que uma maior formação escolar em Filosofia crie por si só, mais apetência pelos assuntos que trata, tal como se pode constatar em Portugal onde o espírito crítico e problematizador, bem como os valores da cidadania, infelizmente não são características distintivas daqueles que têm uma maior formação escolar. É melhor haver o estudo obrigatório da Filosofia na escola do que não haver, mas só por si essa formação não é garante de que os indivíduos se tornem cidadãos mais ativos, críticos e participativos na sociedade democrática, que apesar das muitas deficiências é imperioso continuar a manter, defender e aperfeiçoar.

Bibliografia

- AA. VV. (coord. Maria Manuela Bastos de Almeida) (2001). *Programa de Filosofia 10^o e 11^o anos cursos Científico-Humanísticos e cursos Tecnológicos – Formação Geral*. Lisboa: Ministério da Educação–Departamento do Ensino Secundário.
- Delors, J. (dir.) (1996). *Educação - Um Tesouro a Descobrir*, trad.. Porto: Asa.
- Droit, R. P. (1995). *Philosophie et Démocratie dans le monde. Une Enquête de l'Unesco*. Paris: Le Livre de Poche/UNESCO.
- Manso, A. & Martins, C. (2011). "Ensino da Filosofia e Promoção da Autonomia", in *Actas do Congresso Ibérico Pedagogia para a Autonomia* (org. Flávia Vieira e outros). Braga: Universidade do Minho - IE/CIEed, pp. 493-501.
- Manso, A. (2014). Filosofia e Ensino da Filosofia em Portugal. Da Tradição Centenária à Atualidade da Formação. O Caso da Universidade do Minho-Braga/Portugal, in Espindola, A. de & Kryszczun, C. (orgs). *Reflexões - sobre a pesquisa e o ensino de Filosofia na Educação Básica*. Londrina: UEL, pp. 149-166.
- Mesquita, A. P. & Ferreira, M. L. (coord.) (2014). *Ensino público da Filosofia. Perspectivas programáticas e ideológicas*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- UNESCO (2007). *La philosophie, une école de la liberté – Enseignement de la philosophie et apprentissage du philosopher: état de lieux et regards pour l'avenir*. Traduzido em espanhol em 2011: *La filosofía, una escuela de la libertad – Enseñanza de la filosofía y aprendizaje del filosofar: la situación actual y las perspectivas para el futuro*.